

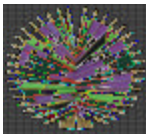
CONSELHO PERMANENTE



OEA/Ser.G
CP/doc.3894/04
11 maio 2004
Original: espanhol

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO SECRETÁRIO-GERAL SOBRE A
MISSÃO PARA APOIAR O PROCESSO DE PAZ EM COLÔMBIA (MAPP/OEA)

Este documento será distribuído às Missões Permanentes e
apresentado ao Conselho Permanente da Organização.



MISSÃO PARA APOIAR O PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA (MAPP/OEA)

I. Introdução

Este relatório trimestral do Secretário-Geral sobre a Missão para Apoiar o Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) é apresentado ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) em conformidade com a resolução CP/RES. 859 (1397/04), que incumbe “o Secretário-Geral de informar trimestralmente o Conselho Permanente sobre os trabalhos da MAPP/OEA e sua capacidade permanente de contribuir, por meio de sua atividade na Colômbia, para a consecução dos valores e princípios contidos na Carta da Organização dos Estados Americanos e da Carta Democrática Interamericana”. Além disso, este documento foi elaborado para informar o Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a realizar-se em Quito, Equador, de 5 a 8 de junho de 2004.

II. A missão MAPP/OEA

A. *O mandato*

Em 23 de janeiro de 2004, foi assinado um Convênio entre o Governo da República da Colômbia e a SG/OEA, definindo uma missão para o acompanhamento ao processo de paz – a MAPP/OEA. Posteriormente, em 6 de fevereiro de 2004, o Conselho Permanente da OEA emitiu a resolução de referência de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia, CP/RES. 859 (1397/04), que autoriza o estabelecimento da missão precisando seu mandato.

O mandato da MAPP/OEA foi concebido com um sentido amplo e integral e apegado aos princípios fundamentais da Organização. Nele se devem reconhecer a contribuição fundamental e o apoio prestado pelos Representantes Permanentes no curso da sessão ordinária do CP realizada em 6 de fevereiro de 2004.

Em especial, deseja-se destacar o caráter amplo do mandato, claramente destinado a apoiar integralmente o processo de paz que o povo colombiano está pondo em prática. Todos os atores do conflito estão contidos nele: grupos de guerrilha e autodefesa e, de forma muito especial, as comunidades afetadas pela violência.

A preocupação principal pela promoção e defesa dos direitos humanos, pela justiça e pelo fortalecimento da confiança e da segurança é central nas tarefas que a Missão está iniciando. Afirmar que ela se inspira nestes valores fundamentais não é um mero enunciado. É também um princípio diretor da ação da Organização.

B. Desenvolvimento da Missão

Nos meses de janeiro e fevereiro, foram estabelecidas missões de contato e apresentação com as instituições oficiais, os representantes de países cooperantes e organismos internacionais e, em abril, se dispõe, de maneira temporária, de dois oficiais internacionais de verificação em Medellín e de uma funcionária em nível central.

Estabeleceu-se, em Santa Fé de Bogotá, um escritório para a sede da Missão, temporariamente, o qual está em processo de mudança para uma sede permanente e independente. Estabeleceu-se uma subsede na cidade de Medellín, a fim de monitorar o processo de reinserção. Este escritório funciona com a colaboração da Prefeitura de Medellín, que cede as instalações, o pessoal e os equipamentos básicos.

As dificuldades na consecução de fundos que permitam desenvolver o mandato em sua integralidade e plenitude afetam grandemente seu desempenho e limitam suas possibilidades. Sob esse aspecto, e de forma prioritária, continuam sendo realizadas gestões com diversos países e organismos cooperantes para se obter o apoio imprescindível. O orçamento da Missão está no Anexo I.

C. Coordenação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

O contato e a comunicação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos estão em andamento, em cumprimento das decisões aprovadas pelo Conselho Permanente. Está-se iniciando essa coordenação e explorando como tornar realidade um trabalho conjunto de assessoramento, comunicação e ação. Para essa finalidade, está-se dando início às tarefas exploratórias e de coordenação com o Escritório do Alto Comissário para a Paz, a Defensoria do Povo e a Igreja Católica, para ter presença em comunidades indígenas afetadas pela violência.

D. Atividades da Missão

No primeiro trimestre de operações, a Missão tomou contato com os diferentes setores e instituições e comunidades locais, organismos não-governamentais de direitos humanos e outras instâncias da comunidade internacional, apresentando a Missão e divulgando seu mandato.

Neste contexto, de acordo com o mandato, realizou o acompanhamento das políticas de paz do Governo Nacional para com os grupos armados irregulares.

Quanto aos grupos irregulares desmobilizados, a missão tem acompanhado o cumprimento dos compromissos assumidos; em especial, o da situação jurídica dos desmobilizados, sua reincorporação trabalhista e sua reinserção à vida civil.

Considerando que, pelas normas legais existentes na Colômbia, ainda não se realizou a destruição do armamento entregue pelos grupos desmobilizados, a Missão está realizando as gestões necessárias junto às autoridades para conseguir as reformas pertinentes e tornar possível uma operação expedita de destruição nas desmobilizações seguintes.

A pedido do Governo da Colômbia, a Missão participa das reuniões de negociação entre o Governo e os grupos de Autodefesas Unidas da Colômbia, acompanhando as autoridades sem assumir funções relativas à mediação. Estas circunstâncias permitiram, por um lado, explicar o alcance do mandato da Missão a um dos atores do conflito; e, por outro, conhecer a realidade destes grupos armados ilegais.

Com a iniciativa do Escritório do Alto Comissário para a Paz, está havendo participação no desenho de projetos destinados às comunidades afetadas pela violência, promovendo sua transição à institucionalidade.

Com o auxílio do empresariado privada e de outras instâncias de cooperação, preparam-se atividades que permitam apoiar a reinserção de ex-combatentes, suas famílias e pessoas deslocadas pelo conflito.

III. Curso geral do Processo de Paz

Desde o início das tarefas de que a Missão foi encarregada, tem-se colocado em destaque o seu caráter técnico, no acompanhamento dos esforços que o Governo e o povo colombiano realizam para a consecução da paz. Isto significa reconhecer, primeiro e principalmente, a experiência e a capacidade desenvolvida pelos colombianos.

Dessa maneira, as primeiras gestões estão destinadas a conhecer e reconhecer essas capacidades e essas experiências. As instituições nacionais, os intelectuais e o setor acadêmico, os homens e as mulheres que trabalham no campo, o enorme compromisso da Igreja Católica e sua interlocução com todos os atores do conflito, a Comissão Facilitadora de Antioquia, as comunidades que se têm oposto à violência de maneira pacífica e heróica, os organismos não-governamentais – em todos eles a Missão reconhece a enorme experiência e trabalho que os colombianos vêm desenvolvendo para enfrentar o conflito armado há muitos anos.

Acompanhar essa grande capacidade nacional é a primeira das funções da Missão. Existe a convicção de que o processo de paz será válido e sustentável na medida que for dirigido e executado pelos próprios colombianos.

A. *Os indicadores de violência.*

O impulso da política de segurança democrática e o início do processo de paz por parte do Governo da Colômbia criaram condições de segurança que uma grande parte da população reconhece como positivas.

Os indicadores de violência (homicídios, seqüestros, massacres e deslocamentos forçados) mostraram queda no curso de 2003 e no primeiro trimestre de 2004. Não obstante, o Governo Nacional fez uma avaliação crítica do cessar das hostilidades por parte das Autodefesas, afirmando que não tem sido cumprido em sua totalidade.

A Missão recorreu às informações oficiais sobre a evolução da violência e a dados fornecidos por organismos independentes e reconhecidos por seu profissionalismo.

B. *Processo de paz com as Autodefesas.*

O Acordo de Santafé de Ralito, assinado em 15 de julho de 2003 entre o Governo Nacional e as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), marca o início do processo de desmobilização destes grupos armados fora da lei, que as autoridades planejam culminar, o mais tardar, em 31 de dezembro de 2005.

Como primeiro passo do acordo, em 25 de novembro de 2003, foram desmobilizados 874 integrantes do Bloque Cacique Nutibara (BCN) das AUCs na cidade de Medellín, entregando 623 fuzis, armas pequenas e de apoio, além de munições. Nesta atividade, a OEA esteve presente como convidado especial.

Em 7 de dezembro do mesmo ano, foram desmobilizados 156 homens de Las Autodefesas Camponesas de Ortega, em Cajibío, Departamento do Cauca. A OEA foi convidada.

1. A legislação

A Lei de Alternatividade Penal apresentada pelo Executivo, em meados do ano passado, como um mecanismo jurídico que permita fazer avançar as negociações de desarmamento e desmobilização de todos os grupos ilegais, foi objeto de críticas. Setores do Congresso e grupos de direitos humanos têm encabeçado esta posição. Em função disso, o projeto original está sendo submetido a audiências públicas e, como consequência, a modificações. O novo projeto, agora intitulado Lei de Justiça e Reparação, foi recebido como um avanço positivo na comunidade internacional e se encontra em processo de aprovação no Congresso. Os grupos de autodefesa têm-se mostrado críticos a respeito do projeto.

2. Negociações

Estas estão sendo levadas a cabo em nível bilateral com diversos blocos e no âmbito de uma mesa conjunta. Continua-se trabalhando para estabelecer pontos de consenso que conduzam a um cronograma que assegure sua concentração, um cessar de hostilidades mais efetivo, a desmobilização e reinserção. Este processo continua com a vontade das partes de manter a mesa de diálogo e dar uma solução ao conflito.

Os grupos de autodefesa não constituem uma entidade homogênea, com a ocorrência de lutas internas. Essas lutas, poderiam ter conduzido aos confusos fatos que provocaram o desaparecimento de um dos líderes máximos das AUCs. Este processo se encontra nas mãos da Promotoria para seu esclarecimento.

Em perspectiva, no âmbito da política de segurança democrática, a agenda do processo de paz está vinculada à negociação com grupos das autodefesas, especialmente no estabelecimento de zonas de concentração que oferecem as condições necessárias para favorecer a implementação do cessar de hostilidades. Sobre este ponto, só é possível realizar efetivamente o mandato de verificação da Missão nessas condições.

3. Acompanhamento de grupos desmobilizados

a) Evolução dos reinseridos do Bloque Cacique Nutibara (AUC-BCN)

- *Homicídios*

Dois jovens desmobilizados foram vítimas de homicídio.

- **Guillermo Echevarria Correa** foi morto a bala em 3 de janeiro deste ano, quando transitava em companhia de sua esposa e filho. A polícia e a Promotoria entrevistaram no caso e, como produto destas gestões, está sendo processado um dos supostos responsáveis.

- **Asdrúbal de Jesús Campuzano** perdeu a vida como resultado de fatos violentos ocorridos em 15 de fevereiro deste ano, sem que até esta data tenham sido identificados os responsáveis.

O escritório da MAPP/OEA em Medellín está realizando o acompanhamento desses casos a fim de verificar o curso das pesquisas e o seu esclarecimento.

- *Situação legal*

Os desmobilizados estão sendo documentados: 862 carteiras de identidade e 420 cédulas militares (há 200 mais em tramitação). O Departamento Administrativo de Segurança (DAS) emitiu 639 certificados, restando verificar a situação jurídica de 215 desmobilizados.

Estes estão com liminar inibitória pela acusação de conspiração para cometer crime. De acordo com as informações oferecidas pela Promotoria-Geral da Nação, 254 pessoas se encontram com anotações judiciais, alguma das quais em processos que se encontram sob reserva do sumário.

Até a data, consta que 14 desmobilizados estão detidos. Em dois casos, trata-se de delitos posteriores à desmobilização; nos demais, ainda não se concluiu a análise correspondente. Treze deles se encontram no Estabelecimento Penitenciário e Carcerário Bechavista e um na prisão de segurança máxima Itaguí. O estado processual das causas varia entre instrução, etapa de juízo e sentença para 5, que estão cumprindo condenação.

SITUACION JURIDICA						
	NOMBRE Y APELLIDOS DEL DETENIDO	PENITENCIARIA DONDE SE ENCUENTRA	FECHA DE INGRESO	DONDE SE LLEVA EL PROCESO	ESTADO JUDICIAL	TIPIFICACION DEL DELITO
1	CARLOS ANDRES HERRERA AGUDELO	CARCEL BELLAVISTA BELLO	3/3/2004	JUZGADO 20 PENAL CIRCUITO MEDELLIN; VIGILA JUZGADO 5º EJECUCION DE PENAS Y MEDIDAS	CONDENADO	HURTO CALIFICADO Y AGRAVADO
2	SAMUEL JOSE CARDENAS TORRES	CARCEL BELLAVISTA BELLO	2/13/2004	FISCALIA 1º ESPECIALIZADA MEDELLIN	SINDICADO	HOMICIDIO Y EXTORSION
3	ARLEY DE JESUS VILLA PALACIO	CARCEL BELLAVISTA BELLO	12/26/2003	JUZGADO 1º PENAL DEL CIRCUITO DE ITAGUI	CONDENADO	HURTO CALIFICADO Y AGRAVADO, PORTE ILEGAL DE ARMAS Y SECUESTRO SIMPLE
4	ALEXANDER ARROYAVE GOMEZ	CARCEL BELLAVISTA BELLO	3/1/2004	JUZGADO 1º PENAL DEL CIRCUITO DE ITAGUI	SINDICADO	TRAFICO, FABRICACION O PORTE DE ESTUPEFACIENTES
5	ANIBAL ENRIQUE VERDUGO BARRAGAN	CARCEL BELLAVISTA BELLO	12/26/2003	FISCALIA 30 SECCIONAL CARTAGENA - BOLIVAR	SINDICADO	HOMICIDIO AGRAVADO
6	ROBINSON VASQUEZ ARAQUE	CARCEL BELLAVISTA BELLO	1/29/2004	JUZGADO 1º PENAL CIRCUITO DE ITAGUI, VIGILA JUZGADO 2º EJECUCION DE PENAS MEDELLIN	CONDENADO	PORTE ILEGAL DE ARMAS
7	MIGUEL ALEJANDRO USUGA SERNA	CARCEL BELLAVISTA BELLO	1/6/2004	FISCALIA 2º UNIDAD 1º DELITOS CONTRA LA VIDA MEDELLIN	SINDICADO	HOMICIDIO, LESIONES PERSONALES Y PORTE ILEGAL DE ARMAS
8	EDILBERTO DE JESUS CAÑAS CHAVARRIAGA	CARCEL BELLAVISTA BELLO	1/29/2004	FISCALIA 121 SECCIONAL DE ITAGUI	SINDICADO	HOMICIDIO
9	HECTOR ALONSO LONDOÑO GONZALEZ	CARCEL BELLAVISTA BELLO	4/18/2004	JUZGADO 2º PENAL DEL CIRCUITO DE MEDELLIN	SINDICADO	PORTE ILEGAL DE ARMAS
10	WILSON DARIO CALLE RESTREPO	CARCEL BELLAVISTA BELLO	1/29/2004	JUZGADO 12 PENAL DEL CIRCUITO DE MEDELLIN	SINDICADO	HURTO CALIFICADO Y AGRAVADO
11	JOSE ASDRUBAL CASTRO PATIÑO	CARCEL BELLAVISTA BELLO	3/19/2004	FISCALIA 94 UNIDAD 1 DELITOS CONTRA LA LEY 30/86 MEDELLIN	SINDICADO	TRAFICO, FABRICACION O PORTE DE ESTUPEFACIENTES
12	DIEGO ARMANDO ALVAREZ MONSALVE	CARCEL BELLAVISTA BELLO	11/26/2003	FISCALIA 18 ESPECIALIZADA DE MEDELLIN	SINDICADO	CONCIERTO PARA DELINQUIR, SUPRESION U OCULTAMIENTO DE DOCUMENTO PUBLICO
13	JAIMAR NICOLAS CASTAÑO ALVAREZ	CARCEL BELLAVISTA BELLO	11/28/2003	JUZGADO 20 PENAL DE MEDELLIN, VIGILA JUZGADO 2 EJECUCION		
14	JUAN MAURICIO OSPINA BOLIVAR VERIFICADO POR JEFE PENITENCIARIO.	CARCEL MAXIMA SEGURIDAD ITAGUI	Feb. 2004	JUZGADO 1º PENAL CIRCUITO DE ITAGUI	CONDENADO	HOMICIDIO (EN SR JEISON ESTEBAN OCAMPO RESTREPO)

A Missão está realizando tarefas de verificação da situação dos detidos, visitas nas penitenciárias e audiências com a Promotoria de Medellín para acompanhar os casos e ter acesso às informações oficiais sobre as datas dos fatos criminosos cometidos e a possível vinculação.

O processo de reinserção é promovido pelo Escritório do Alto Comissário para a Paz, pela Prefeitura de Medellín e pela Corporação Democracia (organização que agrupa os desmobilizados). O Programa contempla segurança, acompanhamento psicossocial, a capacitação em convivência e segurança comunitária, a vinculação trabalhista, a educação e a vinculação ao sistema de saúde, bem como subsídios.

Em todos estes aspectos, foram verificados avanços. A situação dos desmobilizados em 26 de abril era a seguinte:

Funcionários da Corporação Democracia e Porta-vozes	6
Vítimas de homicídio	2
Detidos	14
Trabalhando	762
Recebendo apoio psicológico	807
Participando do Programa Paz e Reconciliação	407

Dentro do Programa Paz e Reconciliação, foram treinados 70 desmobilizados no projeto de Escolas de Convivência e Segurança Cidadã, que tem como objetivo a formação de líderes comunitários e o acompanhamento e atendimento ao conjunto de desmobilizados. Além disso, atualmente, 18 desmobilizados se encontram cursando o primário, 52 o segundo grau, 115 estão inscritos em carreiras técnicas de um ano e 91 estão inscritos em carreiras universitárias.

b) Evolução dos desmobilizados das Autodefesas Camponesas de Ortega.

Depois da desmobilização, quatro deles foram detidos por homicídio, embora, posteriormente, três tenham sido postos em liberdade por falta de provas; o outro tem uma causa pendente de natureza diversa.

Por outro lado, diversas instituições do Estado e alguns organismos internacionais estão promovendo projetos de apoio à reinserção comunitária, os quais incluem a construção da rodovia que une o povoado com a capital do departamento, a instalação de uma planta elétrica, o processo de legalização de terras na zona e a nomeação de um professor para cada uma das cinco veredas ou comarcas. A Missão está negociando um projeto comunitário.

IV. Conclusões

1. A Missão continua desenvolvendo esforços para sua instalação de acordo com o mandato. Não dispõe ainda dos recursos básicos para seu funcionamento logístico nem para a contratação de seus funcionários. Isto afeta as possibilidades de acompanhar plenamente o processo de paz e limita sua movimentação no território, especialmente nas áreas em que o conflito se desenvolve.

2. Ainda assim, a Missão ocupa um espaço significativo ante as instituições e perante a população e conquistou um posicionamento claro de apoio ao processo de paz. O compromisso de acompanhamento da OEA aos esforços para a consecução da paz está abrindo espaços importantes para a compreensão da natureza do processo em que se encontra empenhado o Governo e o povo colombiano.

3. O processo de reinserção dos desmobilizados do Bloque Cacique Nutibara, apesar de alguns atrasos e inconvenientes próprios deste tipo de processos, está se desenrolando sob condições aceitáveis e positivas. Os processos judiciais aos que se submeteram, a integração trabalhista efetiva e a que se encontra em processo indicam que se marcha nessa direção.

4. O cumprimento dos acordos com os desmobilizados e a comunidade de Cajibío merecem a mesma consideração.

5. A participação nas reuniões entre o Governo e os grupos das Autodefesas Unidas da Colômbia tem permitido à Missão conhecer uma realidade que, até agora, não tinha sido contatada pela comunidade internacional.

6. A Missão reafirma seu compromisso de apoiar o processo de paz iniciado pelo Governo e pelo povo colombiano. Os esforços nele investidos apontam para o fortalecimento da institucionalidade do Estado e da justiça e para a grande tarefa de promover, com mais espaços, a paz e a vigência dos direitos humanos. A paz é possível na Colômbia.

7. A Missão adverte sobre a urgente necessidade de se começar a desenvolver atividades nas comunidades afetadas pelo conflito, no convencimento que esta tarefa, a médio e longo prazos, aponta para o desenvolvimento do mandato em seu sentido amplo e integral, garantindo a confiança e a segurança, os direitos humanos e a justiça, especialmente entre as populações mais afetadas pela violência.

8. Apesar das dificuldades e dos incidentes ocorridos recentemente, a Missão confirma a continuidade do processo de negociação voltado para a concentração e a posterior desmobilização das autodefesas. O desempenho da tarefa não sofreu interrupção e os esforços para encontrar uma solução pacífica ao conflito seguem vigentes.

MAPP / OEA
ORÇAMENTO
USD, um ano

1.	Contratos internacionais	427.000
2.	Viagens internacionais/diárias	161.520
3.	Pessoal local	364.000
4.	Viagens locais/diárias	63.000
5.	Promoção da paz e dos direitos humanos	25.760
6.	Operação do escritório, comunicações e manutenção	179.400
7.	Compra de equipamentos	279.220
	Total da operação da Missão	<u>1.500.000</u>